

**A BNCC E O ENSINO DA LÍNGUA
PORTUGUESA – REFLEXÕES SOBRE ESTRATÉGIAS,
METODOLOGIAS E MÍDIAS DIGITAIS**

Moacir dos Santos da Silva (UENF)

moacir.cap@gmail.com

Sérgio Arruda de Moura (UENF)

arruda@uenf.br

RESUMO

O trabalho visa à reflexão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o ensino da Língua Portuguesa. O objetivo dele é favorecer uma análise crítica do documento e da prática de ensino da língua materna. Dessa forma, a análise das diversas competências da base e a forma de desenvolvimento e as ações do docente nas práticas pedagógicas, de ontem e de hoje, serão revisitadas a fim de proporcionar um pensar, acerca das estratégias e metodologias. A leitura da *BNCC* (2018), no que tange às competências, currículos e a análise de obras como *Aula de Português* (2015), de Irandé Antunes e *A formação do professor de português* (2006), de Paulo Coimbra Guedes e o vídeo sobre *A BNCC na prática (entrevista a Anna Penido)* contribuirão para uma reflexão; além da prática docente e interesses dos discentes, apresentam a promoção de mudanças, não só no ensino da língua, mas em outros aspectos que tornam a educação mais significativa como a inserção das mídias.

Palavras-chave:

BNCC. Língua portuguesa. Prática docente.

ABSTRACT

The work aims to reflect on the Common National Curricular Base (BNCC) and the teaching of the Portuguese language. His objective is to promote a critical analysis of the document and the teaching practice of the mother tongue. In this way, the analysis of the diverse competencies of the base and the way of development and the actions of the teacher in the pedagogical practices, of yesterday and today, will be revisited in order to provide a thinking about the strategies and methodologies. The reading of *BNCC* (2018), regarding the skills, curricula and the analysis of works such as *Aula de Português* (2015), by Irandé Antunes and *The training of the Portuguese teacher* (2006), by Paulo Coimbra Guedes and the video on *BNCC in practice (interview with Anna Penido)* will contribute to a reflection; in addition to the teaching practice and interests of the students, they present the promotion of changes, not only in the teaching of the language, but in other aspects that make education more significant, such as the insertion of the media.

Keywords:

BNCC. Portuguese language. Teaching practice.

1. Introdução

O ensino da Língua Portuguesa na atualidade ainda encontra algumas resistências em sua efetividade e não são poucos os fatores que colaboram com isso. Além do tradicional entrave entre o que se fala e o que se escreve e da própria questão sociocultural, o que envolve principalmente alunos de escolas públicas, existem ainda as transformações temporais que trazem novos anseios e, por conta disso também, as novas tecnologias, permeando entre interesse, conhecimento e aprendizagem.

A escola dos séculos passados que ensinava todas as disciplinas com os alunos agrupados em fileiras dos séculos passados ainda perdura com algumas especificidades que também se repetem, como um “tablado” em maior relevância para o professor, o privilégio da fala e das ações, por parte dos docentes e o próprio planejamento e metodologia de forma unilateral.

O resultado disso não poderia ter sido outro em uma sociedade que evoluiu em tudo, ou quase tudo, tecnologias de ponta altamente potentes e eficientes, menos na estrutura sócio-político-econômico educacional: professores frustrados, alunos insatisfeitos, aprendizagem insípida e inóspita, espaço educacional vazio em todos os sentidos.

Algumas leis foram criadas e normatizadas, estreitando espaços e com o objetivo de corrigir muitas lacunas nesse percurso. Uma delas, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é um exemplo disso. Recentemente, tem-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que vem trazer algumas reflexões e garantias, não só no ensino da língua, mas na aplicabilidade e metodologia da educação básica como um todo. E esse será o percurso que se debaterá aqui: como as Leis e Bases interferem no ensino da língua? E as metodologias e estratégias, podem ser mais eficientes?

2. O que ensinar em tempos nefastos?

O senso comum informa, por meio de relatos de pessoas de mais idade, que o ensino está muito diferente. E o pior é que elas afirmam que se aprendia mais, que um aluno apenas com o primário (nomenclatura condizente com o nível fundamental I, nos dias de hoje – ou seja – de CA a 4ª série), tinha uma desenvoltura bastante diferente; uns até afirmam corresponder o que hoje representa o ensino fundamental completo.

No entanto, fazendo-se um recorte na própria atualidade, focando nos últimos 15/ 20 anos percebe-se certa involução, talvez pautada muito no desinteresse do aluno. E para reduzir isso, projetos, Decretos e Leis foram criados e atualizados, para que houvesse uma garantia à população do direito ao ensino básico e de qualidade.

Pesquisando os aspectos acima, focando no ensino da língua portuguesa, algumas literaturas nos apresentam determinadas questões. Sobre algumas tentativas de superação desse quadro sombrio, Irlandé Antunes (2003) nos diz o seguinte:

(...) persiste o quadro nada animador (e quase desesperador) do insucesso escolar, que se manifesta de diversas maneiras. Logo de saída, manifesta-se na súbita descoberta, por parte do aluno, de que ele “não sabe português”, de que “o português é uma língua muito difícil”. Posteriormente, manifesta-se na confessada (ou velada) aversão às aulas de português e, para alguns alunos, na dolorosa experiência da repetência e da evasão escolar (ANTUNES, 2003, p. 20)

E por não ser um fato novo e restrito apenas à língua portuguesa, a evolução ao longo dos anos e a aprendizagem, de forma generalizada, representam obstáculos grandiosos. E não é novidade para ninguém que o fato de não se saber ler implica numa compreensão generalizada do mundo. O aluno que adentra os espaços escolares e não consegue ler e interpretar para além de uma realidade, é como alguém que sofra de miopia ou hipermetropia: o mundo terá sempre um colorido diferente e ele, quase sempre, não sabe ou, por vezes, confunde-se.

Com enormes dificuldades de leitura, o aluno se vê frustrado no seu esforço de estudar outras disciplinas e, quase sempre, “deixa” a escola com a quase inabalável certeza de que é incapaz, de que é linguisticamente deficiente, inferior, não podendo, portanto, tomar a palavra ou ter voz para fazer valer seus direitos, para participar ativa e criticamente daquilo que acontece à sua volta. Naturalmente, como tantos outros, vai ficar à margem do entendimento e das decisões de construção da sociedade (ANTUNES, 2003, p. 20)

E isso não é nada pouco, principalmente para aqueles alunos advindos das classes populares que veem na escola uma das únicas perspectivas de ascensão e progressão social e econômica. Para além disso, o MEC e outras instituições e grupos governamentais em esferas municipal, estadual e federal têm mostrado a sua sensibilidade em relação ao assunto; podemos citar aqui os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), algumas avaliações externas como o Enem, a prova SAEB e o PISA que visam a sondar o trabalho para possíveis intervenções futuras e ainda a Base Comum Curricular (BNCC), que concluída em 2017/2018,

versa por um ensino da língua mais coerente e significativo para “os tempos modernos”.

A BNCC logo na introdução apresenta 10 competências gerais para o ensino básico, dentre elas duas muito representativas para o ensino da língua. Elas falam sobre a importância das múltiplas linguagens nos diversos aspectos e das tecnologias digitais. E é isso o que se percebe nos anseios de nossos adolescentes/ jovens no tocante ao estudo do português e de outras disciplinas também, todas muito vinculadas ao aspecto interpretativo. Elas são as competências 4 e 5 e expressam o seguinte:

* Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

* Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2017, p. 9)

É inegável que essas duas competências não são as únicas que fazem um direcionamento sobre o ensino da língua portuguesa, existem outras que também são muito importantes e que trazem em sua essência questões preciosas para a escrita, argumentação, interação, ética e conscientização como a competência 7, que versa sobre a argumentação e a defesa de ideias. No entanto, as diferentes linguagens, atualizadas, promovendo interações, dinamismo, som, competição, cor, luz e movimento falam muito nesse novo contexto, conforme apregoa a competência 4. E o que se vê na competência geral 5 é um complemento disso inserindo-se a tecnologia e as mídias digitais.

Ainda sobre a BNCC é um documento que preza pelas aprendizagens essenciais, constituindo-se como um documento de caráter normativo.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental. (BNCC, 2017, p. 8)

Como balizadora da qualidade da educação, a Base é um instrumento que funciona em consonância também com as especificidades de um determinado grupo de estudantes, visando a sua permanência nas instituições, bem como as habilidades trabalhadas para atender a uma clientela em específico (no caso, da educação básica). No entanto, questões políticas oriundas da democracia do país interferem bastante em muitas ações e projetos pedagógicos, por isso a necessidade de um documento bem estruturado em sua essência, incluindo, além de aspectos metodológicos e estratégicos, uma fiscalização condizente capaz de garantir a consolidação e a aplicabilidade das Leis, Bases e Diretrizes criadas.

Falar em aplicabilidade de Lei e fiscalização considerando-se a diversidade e a extensão de um país feito o Brasil, com certeza é também falar em problema e complexidade, mas a nossa política, principalmente a partidária está aí para isso: observar os desníveis, as inconsistências e desigualdades e discuti-las, ajustá-las, resolvê-las; sem perder o foco que, em se tratando do ensino da língua portuguesa entender o contexto, a realidade sócio-cultural das pessoas envolvidas, bem como seus interesses e rotinas, poderão ser cruciais para um planejamento mais sólido, fecundo e significativo.

Estreitando ainda mais o assunto, a pessoa terá mais predisposição em aprender se desde cedo entender determinadas nuances. Aprender a ler e escrever para quem e para quê? Aplicar isso onde? Como? Paulo Coimbra Guedes (2006) aponta uma escrita relevante nesse aspecto.

Só o exercício constante da escrita a respeito do que está próximo, do que nos atrapalha, incomoda, intriga, desafia, pode dar a necessária prática da escrita e o indispensável domínio dos recursos expressivos da língua para avaliar as reais dificuldades de organizar por escrito o que se quer dizer. Trata-se de questionar na sala de aula para que serve e para que pode servir escrever na escola segundo a serventia que escrever tem tido na vida cultural brasileira. (GUEDES, 2006, p. 55)

Não é novidade de que a língua representa as pessoas nos variados espaços e isso é extremamente relevante. Um ensino de português que considere isso tem grande probabilidade de conseguir mais êxito nessa empreitada. Entretanto, um currículo e um planejamento que considerem a realidade em que esse aluno/cidadão está inserido, precisa ser efetivamente organizado e pensado. Aqui não se fala em simplificar, em facilitar, mas em partir do chão do aluno, considerando sua peculiaridade e aproximando-se desse ser que chega à escola cheio de novidades e histórias em desenvolvimento, cheio de expectativas.

3. As metodologias para um ser pulsante em transição

Algumas atividades aplicadas por professores, nos dias de hoje, infelizmente, não consideram, de fato, uma determinada evolução histórica e a forma como que isso se consolida nas salas de aula, no sentido de repasse e como é exposto para uma possível aprendizagem, ainda é retrógrada, em sua essência, e toma por referência um passado remoto, com muito poucas atualizações.

Uma aula que aborde e tome como base acontecimentos e realidades preponderantes, próximas e com alguma conexão com essa clientela diferente, só pelo fato de ter nascido num período de muita ebulição histórica, já envia um recado muito singular para esse ser: eu o vejo, eu o considero, eu conto com você, quando planejo; e eu sei que você pode se expressar e abrir novos horizontes na interação com o outro a partir do que é trabalhado.

A BNCC aponta uma situação específica em relação ao explicitado.

As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir. As novas ferramentas de edição de textos, áudios, fotos, vídeos tornam acessíveis a qualquer um a produção e disponibilização de textos multissemióticos nas redes sociais e outros ambientes da Web. Não só é possível acessar conteúdos variados em diferentes mídias, como também produzir e publicar fotos, vídeos diversos, podcasts, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas e livros digitais etc. Depois de ler um livro de literatura ou assistir a um filme, pode-se postar comentários em redes sociais específicas, seguir diretores, autores, escritores, acompanhar de perto seu trabalho; [...] (BNCC, 2018, p. 68)

Essa citação da Base abre algumas portas e janelas com sugestões diretas de um possível trabalho com a língua portuguesa, embora presente para alguns um certo estranhamento. E pode-se dizer mesmo que esse estranhamento não apenas se limita aos novos nomes e conceitos, mas também à sincronia dos antigos conteúdos (atuais competências e habilidades) com os novos formatos de apresentação. Nesse período específico de pandemia, devido ao Covid, esse ajuste ficou mais complexo ainda e causou muito desconforto; porém proporcionou uma imensa possibilidade de aprendizagem.

As situações descritas, no texto selecionado, dizem respeito à prática direcionada principalmente às séries finais do ensino fundamental e tornam-se relevantes à medida que consideram as novas formas de pro-

dução de conhecimentos que priorizam a interação por meio das mídias e todos os recursos disponíveis para isso.

E por falar em interação, Irandé Antunes (2003) aponta que uma atividade interativa se realiza quando duas ou mais pessoas praticam ações interdependentes na busca dos mesmos fins, numa “inter-ação” dialógica, dinâmica e negociável (ANTUNES, 2003, p. 45). Ela ainda acrescenta:

Uma visão interacionista da escrita supõe, desse modo, encontro, parceria, envolvimento entre sujeitos, para que aconteça a comunhão das ideias, das informações e das intenções pretendidas. Assim, por essa visão se supõe que alguém selecionou alguma coisa a ser dita a um outro alguém, com quem pretendeu interagir, em vista de algum objetivo (ANTUNES, 2003, p. 45)

A relevância do público-alvo de um professor ultrapassa e muito o fino trato e a educação cotidiana que se tenha em sala de aula. A observância desse aspecto se configura desde a base, quando o profissional se senta para planejar as suas aulas. Esse é o momento em que se objetiva e se traça a meta a ser atingida. Uma parte muito significativa do êxito de tudo o que poderá ocorrer no transcurso de uma aula, parte do alicerce, da essência, ou seja, de um planejamento bem alinhado e condizente com a realidade em que a clientela está inserida.

Interage-se para ocorrer a comunhão de ideias, para que em meio a valores e procedimentos éticos, as pessoas possam errar, pedir ajuda, revisar, prosseguir e estagnar (se for se sua vontade). A organização de uma aula também precisa passar por esses caminhos; as estratégias precisam incluir monitoramento e *feedback*, além de atenção, resiliência, paciência e predisposição para aprender o novo, principalmente no que tange às mídias digitais.

Edméa Santos (2019) escreve sobre essa interação e necessidade das interfaces em seu livro *Pesquisa-Formação na Cibercultura*. Ela afirma:

Em nosso tempo, os professores e demais profissionais da educação precisam dialogar com os objetos técnicos, artefatos culturais e outros praticantes culturais em contextos multirreferenciais de trabalho e aprendizagem. Nesse sentido, temos e devemos contar, sobretudo, com nossos estudantes e nossos pares nas escolas, universidades e diferentes redes educativas, a exemplo dos movimentos sociais, das mídias, ou seja, a cidade e o ciberespaço em interface. Para tanto, poderemos lançar mão de múltiplas linguagens e dispositivos móveis (SANTOS, 2019, p. 51)

Os espaços de aprendizagem foram ampliados, não cabe mais no ensino da língua ou em qualquer outro uma exclusividade e fechamento em si. Os espaços estão abertos. Os Ciberespaços surgiram e vieram para ultrapassar a pandemia e ficar pós-ensino remoto. Se os professores utilizavam antes as mídias, intensificaram; se não utilizavam, aprenderam; se utilizavam bem, aperfeiçoaram. E acredita-se que, com o respaldo de Leis e Bases, essa conduta será cada vez mais uma constante.

E, de acordo com a BNCC, esse diálogo do professor pode ser muito facilitado se ele reconhecer as suas limitações e abrir as portas para as contribuições do aluno; não somente isso, mas passar a entender e interpretar esse novo horizonte, com interação, ação, reação, simultaneidade como ingredientes no novo panorama.

A área de Linguagens, no Ensino Fundamental, está centrada no conhecimento, na compreensão, na exploração, na análise e na utilização das diferentes linguagens (visuais, sonoras, verbais, corporais), visando estabelecer um repertório diversificado sobre as práticas de linguagem (...) com o uso das tecnologias digitais. No Ensino Médio, o foco da área de Linguagens e suas Tecnologias está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias (BNCC, 2017, p. 471).

Na verdade, é a autonomia, o protagonismo e o estabelecimento de relações que muito se deveria procurar desenvolver no aluno, nesse tempo. No entanto, os procedimentos estipulados pela Base nas séries iniciais e finais do ensino fundamental deveriam ser priorizados, para atingar-se esse ponto de desenvoltura por parte do discente.

Ainda para mais uma reflexão da prática docente e das metodologias utilizadas nas aulas cotidianas, visando a um ensino qualitativo, com estudos de casos, com questionários, entrevistas e diálogos, é muito interessante refletir sobre algumas posturas de docentes e equipe gestora/ coordenadora de uma escola. O que trazia ruído e inconsistência (os celulares) hoje pode apresentar outra conotação, segundo Edméa Santos (2019).

A inovação encontra-se literalmente no que carregamos na palma das nossas mãos. Aprendemos em mobilidade e com conexão porque podemos nos comunicar em rede, produzindo conhecimento na interface cidade-ciberespaço. Aprender para além dos bancos das salas de aula e para além do modelo comunicacional unidirecional que separa emissão (professor) da recepção (alunos). Aprendemos por toda parte. Essa potencialidade

comunicacional não substitui as aprendizagens mediadas formalmente pelas instituições educacionais. Muito pelo contrário, pode potencializá-las. O foco não é mais no professor transmissor de informações (Escola Tradicional), nem na aprendizagem centrada no aluno (Escola Nova) ou na tecnologia (Escola Tecnista). O foco é a rede! O ator é a rede! Redes de seres humanos (professores, estudantes, praticantes culturais) e objetos técnicos cocriando na interface cidade-ciberespaço (SANTOS, 2019, 52).

E mais uma vez, curvando-se ao ensino da língua, precisa-se reconhecer que a variedade de textos tem crescido bastante. Existem produções para todos os gostos, com tipologias variadas e gêneros novos sendo apresentados a cada dia; porém, a forma como esses textos e a própria gramática são preparados para o trabalho com os pares, precisa passar por um determinado crivo pessoal, a fim de que não se seja incoerente com uma geração midiática, dinâmica e com uma articulação bastante diferente na obtenção, absorção e assimilação de conhecimentos.

De fato, nada é ingênuo ou por acaso, em um espaço escolar ou na dinamização de uma aula em uma sala ou pelo menos não deveria ser. O professor sabe se está preparado ou não, se a aula de determinado dia é significativa, ou se apenas cumpriu mais um dia de trabalho; o aluno conhece o estilo do professor, conhece suas preferências pedagógicas e entende o que está sendo construído ou não naquele ambiente. O essencial é a construção de um espaço regado com respeito, diálogo, interação e flexibilidade, principalmente por parte do professor, para que a disposição de ensinar seja igual ou menor do que a aprender. E que nem por isso sairá menos sábio dessa relação.

4. Considerações finais

Este artigo coloca à mesa uma questão preciosa, principalmente no ensino fundamental (séries finais) e no ensino médio, que é propriamente o ensino da língua portuguesa. É notório que há uma demanda diferente nesse aspecto na atualidade.

O que a BNCC traz de contribuição é relevante porque não tem como negar a importância do ensino da gramática a partir dos aspectos da textualidade, nem como se dizer que as tecnologias digitais são desnecessárias nessa tarefa. Reconhecer que estratégias diferenciadas precisam ser pensadas, que é necessário se ter uma monitorização a partir daquilo que se planeja e que existe uma perspectiva bastante significativa com base em um ensino online e por meio das mídias digitais é um caminho bastante avançado para uma ascensão.

Ademais, “professor é professor: seu compromisso é com alunos – indivíduos dotados de distinção para aprender” (GUEDES, 2006, p. 25). E isso não é pouco. É preciso reconhecer que existem horizontes que ainda necessitam ser percorridos e que a predisposição para tal fato acarreta um ganho coletivo para o aluno, para o professor, para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ve rsaofinal_site.pdf. Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB*. 9394/1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acesso em: 29 nov. 2020.

GUEDES, Paulo Coimbra. *A formação do professor de português: que língua vamos ensinar?*. São Paulo: Parábola, 2006.

SANTOS, Edméa. *Pesquisa-formação na cibercultura*. Teresina: E-DUFPI, 2019.